

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.614, DE 27 DE JUNHO DE 2024

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº _____, DE 2025

(Da Sra. GREYCE ELIAS)

Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

O art. 10 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.614/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Ato do Ministro de Estado da Educação disporá sobre a composição, o funcionamento e o controle social do Fórum Nacional de Educação – FNE, instância consultiva de participação da sociedade, no âmbito do PNE, assegurada a pluralidade em sua composição.

§ 1º Ao FNE compete:

I - acompanhar a execução e o cumprimento das metas do PNE;

II - promover a articulação das Conferências Nacionais de Educação com as conferências estaduais, distrital e municipais que as precederem; e

III - assegurar a transparência de suas atividades, conforme o disposto nos parágrafos seguintes.

§ 2º Serão de acesso público e irrestrito, por meio de sítio eletrônico oficial:

I - as gravações íntegras de todas as reuniões e conferências, remotas ou presenciais;

II - as atas, as listas de presença, as apresentações e quaisquer documentos produzidos para a preparação ou a conclusão dos eventos; e

III - os relatórios detalhados de despesas realizadas na organização de suas atividades, com a discriminação da origem dos recursos e de sua destinação.

§ 3º É garantido a qualquer cidadão o direito de participar como ouvinte e de formular manifestações, presencialmente ou por meios virtuais, mediante simples requerimento, respeitada a lotação do espaço físico, quando aplicável.



§ 4º A inclusão na composição do FNE, na qualidade de membro, dar-se-á por processo público e transparente de habilitação, com critérios mínimos objetivos e não discriminatórios, asseguradas pluralidade, rotatividade e, havendo excesso de interessados aptos, sorteio público." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa aprimorar a estrutura e o funcionamento do Fórum Nacional de Educação (FNE), estabelecendo mecanismos claros de transparência e controle social. A participação da sociedade na formulação e no acompanhamento das políticas educacionais é fundamental, mas para que seja efetiva e legítima, deve ser pautada pela publicidade de seus atos e pela abertura a todos os cidadãos, evitando-se a captura da instância por grupos ou correntes de pensamento específicas.

Ao determinar a gravação e a ampla divulgação de todas as reuniões, documentos e despesas, a proposta garante que a atuação do Fórum seja acompanhada de perto pela sociedade. A permissão para que qualquer cidadão participe como ouvinte reforça o caráter público e democrático do FNE, transformando-o em um espaço verdadeiramente republicano e plural, cuja contribuição para o debate educacional será fortalecida pela legitimidade de um processo transparente.

Sala das Sessões,

.....

GREYCE ELIAS

DEPUTADA FEDERAL

AVANTE/MG

